Reitoria INFORMA
USP Ano II Número 22 Junho/2004
EM CIMA DO FATO
Quinta-Feira
17 de junho de 2004

Reitor recebe Adusp para tratar da greve

A entidade solicitou que o Cruesp interceda com os deputados e o governador para o aumento do repasse do ICMS de 9,57% para 11,6%

O encontro aconteceu, ontem, e teve a participação do conselho de representantes e da diretoria da Adusp

A reunião entre o reitor Adolpho José Melfi e o conselho de representantes e diretoria da Adusp, nesta terça-feira, aconteceu em um clima de entendimento, na busca de soluções racionais e responsáveis para a solução do impasse criado em torno da questão do reajuste salarial.

Com a presença de 20 docentes, além do chefe de Gabinete, Celso de Barros Gomes, e do coordenador da Codage, Adilson Carvalho, no encontro foi discutida, entre outros itens, possibilidades de modificações de alguns fatores que compõe a fórmula proposta.

O reitor disse que o Conselho é receptivo a qualquer tipo de contra-proposta visando aprimorar a equação. "Foi apresentada a fórmula, mas é possível negociar alguns itens para que possamos ter uma proposta de reajuste salarial, ainda este ano, sem comprometer a folha de pagamento", afirmou Melfi aos docentes.

A Adusp também pediu ao reitor que interceda junto ao Cruesp para que a entidade se manifeste a favor da alteração dos 9,57% atuais para 11,6% na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), fazendo a solicitação aos

deputados da Assembléia Legislativa e ao Governo do Estado.

O reitor citou a entrevista do governador Geraldo Alckmim ao telejornal Bom Dia São Paulo, da Rede Globo, na semana passada. "O governador disse que quando demos 14,45% de aumento, no ano passado, e os servidores públicos estaduais não tiveram reajuste, não perguntamos nada a ele, em função da autonomia universitária. Portanto, segundo o governador, o assunto de reajuste salarial tem que ser resolvido pelo Cruesp", lembrou Melfi.

Reitor pede prudência

Apesar de ser uma reunião com membros da Adusp - a entidade é integrante do Fórum das Seis -, Melfi fez uma breve análise sobre os últimos incidentes envolvendo o Sintusp. "Essa greve está tomando certos rumos que não dá para entender e aceitar. Depois do fechamento arbitrário de várias unidades importantes para o funcionamento básico da Universidade, incluindo a Reitoria, a colocação de piquetes intimidatórios, e o fechamento da Portaria 1, na última terça-feira, agora, o Sintusp tentou fechar o Centro de Computação Eletrônica (CCE), ameaçando fazê-lo na quinta ou sexta-feira", explicou.

O CCE é uma unidade estratégica para a USP, pois todos o bancos de dados da Universidade estão ali instalados. Se for fechado, "como tentou o Sintusp, ontem, com piqueteiros forçando a porta principal, além de comprometer o pagamento dos salários e interromper a comunicação por e-mail, os prejuízos podem ser permanentes, causando danos irreparáveis para toda a comunidade uspiana", alertou o reitor.

Reconhecendo o esforço que a direção da Universidade tem feito para não entrar em confronto com os grevistas, o vice-presidente da Adusp, Francisco Miraglia, elogiou a atitude e pediu que essa postura seja mantida até onde for possível.

Porém, o reitor, que conta com o apoio dos diretores para que a Universidade volte à normalidade, disse aos docentes que o clima de arbitrariedade passou dos limites e pediu a todos que intercedam a favor de uma postura de diálogo e não de conflito, como vem acontecendo.

Sintusp fecha Prefeitura e reunião é cancelada

Numa atitude inesperada e prejudicial a qualquer avanço no processo de negociação, o Sintusp fechou os portões que dão acesso à Prefeitura e provocou o cancelamento da reunião marcada para acontecer ontem nas dependências da Unidade. A reunião entre o prefeito do Campus da Capital, Wanderley Messias da Costa, o pro-reitor de Pesquisa, Luiz Nunes de Oliveira, e o próprio Sindicato, aconteceria para mais uma rodada de negociação da pauta específica, que envolve o aumento do valor do auxílio-alimentação.

O prédio da PCO foi isolado pelos grevistas

Essa atitude, segundo o prefeito, é mais um ato de violência e dificulta os entendimentos para a concessão do benefício.